

## Estatuto Social Atualizado do

# “INSTITUTO COMBONIANO DE SÃO JUDAS TADEU”

### Preambulo

“Este novo Estatuto Social vem redigido de acordo com a Lei 10.406/2002 de 11/01/2002, e agora atualizado pelas alterações geradas pela Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações Sociais da Sociedade Civil – MROSC), regulamentada pelo Decreto n. 8.726/2016, alterado pelo Decreto n 11.948/2024, pela Lei 13.204 de 14 de dezembro de 2015, que alterou e estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da Sociedade Civil, privadas ou públicas, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público. Incluindo ainda, a nova Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD n. 13.709/2018. Estando prevista ainda aplicação das Leis Federais n. 13.800/2019, Lei Complementar n. 187/2021, Leis inseridas no Estatuto e demais Leis que forem inerentes a suas atividades ao que for necessário para alcançar os seus fins.”

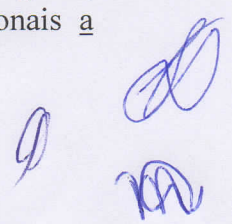
### ÍNDICE

Capítulo I	Da Denominação, Natureza, Sede, Filial, Duração e Objetivos
Capítulo II	Da Assembleia Geral
Capítulo III	Dos Associados
Capítulo IV	Dos Órgãos Administrativos da Associação
Capítulo V	Das Eleições, dos Candidatos, do Voto e Mandato
Capítulo VI	Do Pessoal
Capítulo VII	Do Patrimônio Social da Associação
Capítulo VIII	Da Reforma Estatutária, da Dissolução das Disposições Gerais dos Casos Omissos

### Capítulo I

#### Da Denominação, Natureza, Sede, Filial, Duração e Objetivos

**Art. 1º** - O “INSTITUTO COMBONIANO DE SÃO JUDAS TADEU”, associação civil de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 59.978.023/0001-18, **fundada em 28 de outubro de 1962**, com sede na Rua José Bonifácio, n.º 1598 - Jardim Roseiral – CEP 15070-400, em São José do Rio Preto/SP e foro neste Município de São José do Rio Preto-SP, se regerá por este Estatuto e pelas disposições legais do Código Civil Brasileiro em vigor e pelas legislações pertinentes, incluindo o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC., criada sob a forma de uma Organização da Sociedade Civil de Intuitos não econômicos - sem fins lucrativos, de caráter benéfico, organizacional, filantrópico, assistencial, preventivo, promocional, recreativo, educacional, sustentável, ambiental, cultural, de defesa de direitos e garantias, defesa da cidadania e direitos humanos, sem qualquer cunho político ou partidário, o Instituto é prioritariamente dedicado à educação e formação integral de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, mas não se limitando a apenas estes. Atende a todos de forma gratuita e permanente, independente da classe social, nacionalidade, sexo, identidade de gênero, raça, cor ou crença religiosa, sem qualquer cunho político ou partidário, tendo por finalidades institucionais a





promoção de atividades de alta relevância pública e social, com os seguintes objetivos, entre outros:

I - Promoção da Assistência Social com foco no desenvolvimento de programas e projetos em benefício de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, priorizando seu público-alvo conforme Plano de Trabalho do Instituto. A assistência prestada é diretamente voltada para áreas sociais e assistenciais, de geração de renda e profissionalização dos seus assistidos e das famílias atendidas, abrangendo a proteção social básica para pessoas de baixa renda ou beneficiárias de programas governamentais, bem como serviços de atendimento especializado, serviços de acolhimento, programas e projetos específicos. Adicionalmente, engloba a promoção, por conta própria ou em parcerias públicas ou privadas, de atividades de relevância pública e social nas áreas da assistência social, esporte, cultura, sustentabilidade, meio ambiente, saúde, educação e inclusão social, tudo com o objetivo de diminuir as vulnerabilidades sociais, resultando no fortalecimento da comunidade e da população em geral;

II - Promoção da cultura na sua forma mais ampla (música, arte, dança, teatro, circo, educação e etc), de esportes (artes marciais, jogos em geral, academias, físicas e etc), do meio ambiente e de lazer, com foco na formação integral e humana de crianças, adolescentes e jovens, e terão por foco a constituição de espaços de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças, adolescentes, jovens e adultos, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessas faixas etárias, as intervenções serão realizadas como formas de expressão, educação, interação, aprendizagem, sociabilidade, inclusão social e proteção social (ver item XIX deste Artigo);

**Parágrafo único:** Na criação de práticas esportivas direcionados aos alunos beneficiados, associados e outros interessados, o Instituto São Judas Tadeu poderá vincular-se a toda e qualquer Federação ou Confederação para estimular a prática esportiva em geral, vinculando-se a outras associações esportivas que tenham preenchidas todas as formalidades legais para exercício de suas atividades. Podendo mais, implantar eventuais atividades esportivas em suas dependências conforme legislação vigente.

III - Promoção da educação em geral, terá o Instituto São Judas Tadeu como objetivo a educação como um dos pilares essenciais para o desenvolvimento humano. Oferecerá uma ampla gama de programas educacionais para todas as idades, desde o apoio escolar para crianças, adolescentes e jovens, com aulas de reforço e contraturnos, até a capacitação de adultos, 50+ e idosos. As atividades incluem cursos livres, oficinas práticas, palestras e workshops, abrangendo o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, alfabetização digital e formação profissional em áreas emergentes. Para o público 50+, foca-se em requalificação profissional, inclusão digital e estímulo à saúde cognitiva e socialização, fomentar o aprendizado contínuo ao longo da vida, proporcionando novas oportunidades e valorizando o potencial de cada indivíduo. Todas as iniciativas são guiadas pelas diretrizes do Instituto, visando capacitar, inspirar e transformar vidas.

IV- Realizar atividades de educação, proteção, preservação e recuperação do patrimônio ambiental visando um desenvolvimento equilibrado e sustentável na comunidade e na própria população local;





V - Promover a democratização do acesso a bens culturais, oferecendo atividades de fruição, experimentação e capacitação cultural, especialmente voltadas para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens;

VI - O Instituto trabalha junto ao indivíduo, à família e à comunidade, com o objetivo de diminuir as vulnerabilidades sociais, desenvolver potencialidades, adquirir e fortalecer vínculos familiares e comunitários, na geração e renda, profissionalização e também na promoção da segurança alimentar e nutricional;

VII - É também objetivo da instituição atuar junto ao seu público alvo: crianças, adolescentes, jovens e na família em geral, promovendo a saúde integral e o bem-estar, prevenindo a exposição a situações de risco e vulnerabilidade, incluindo o combate e a prevenção de doenças transmissíveis como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA) e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), e os impactos da violência social, bem como o uso de drogas e seus impactos sociais, podendo ainda manter trabalho de prevenção para usuários de substâncias psicoativas e seus familiares. Situações que demandem atendimento ou orientação especializada em saúde, incluindo aspectos relacionados à integridade pessoal e escolhas de vida, serão encaminhadas para associações de assistência social ou instituições de saúde parceiras especializadas.

VIII - O Instituto poderá promover a disponibilização de novos direitos e de direitos estabelecidos, prestar atendimento de serviços de assessoria jurídica voluntária, gratuita, planejada, permanente ou temporária aos usuários e quem deles necessitar, estender suas atividades de atendimento aos serviços de saúde, assistência social, ambulatoriais ou internações, individuais ou em grupo, mantendo, para tanto, convênios com órgãos públicos ou empresas privadas;

IX – Promoção e prevenção de doenças, programas de apoio a pacientes com doenças crônicas (diabetes, cardíacas, oncológicas, respiratórias e outras) e suas famílias, ações de combate a doenças específicas como Tuberculose, Hanseníase, hepatites, DSTs entre outras, a educação continuada na área da saúde e pesquisas, defesa dos direitos dos usuários do sistema de saúde, atuar em casos de emergência e calamidades públicas, organizar cursos, palestras e workshops sobre temas relacionados à saúde, visando o desenvolvimento harmônico da criança, do adolescente, do jovem, do adulto e do idoso em situação de risco, a realização de programas e projetos buscando combater a dependência química (adicto), bem como de seus familiares dependentes ou não, podendo manter assistência psicológica, social, de saúde, aplicação de mecanismos da “advocacy” para tais fins, participar de ações e campanhas de combate ao uso indevido de drogas ou por sua iniciativa criar programas de prevenção e combate ao uso de drogas e outras situações;

X – Promover, por intermédio da celebração e operacionalização de Termos de Colaboração, Termos de Fomento, Termos de Cooperação, Termos de Parceria e todos os demais instrumentos legais e normativos aplicáveis, e se dedicar a receber, acolher e prestar atendimento qualificado, integral e humanizado, sempre dentro de suas capacidades estruturais e em plena consonância com o escopo de suas atividades essenciais, ao adolescente e jovem em notória situação de extrema vulnerabilidade social, e àquele que se encontre em risco iminente devido à dependência química, além de outras situações complexas que se demonstrem inerentes e compatíveis com a abrangência dos serviços e os propósitos de desenvolvimento integral do Instituto São





Judas Tadeu, visando à sua plena recuperação, ao fortalecimento de vínculos e à efetiva reinserção social;

XI - Promover a ética, a paz, a cidadania, defender e garantir os direitos humanos, a liberdade, a democracia e de outros valores universais;

XII - Promover a defesa, preservação e conservação do meio ambiente, em especial, o combate às transformações climáticas e promoção do desenvolvimento sustentável;

XIII - Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, do voluntariado, da sustentabilidade, desenvolver e disponibilizar estudos e pesquisas para implementação de tecnologias voltadas ao auxílio e à mobilidade de pessoas deficientes por qualquer meio de transporte;

XIV - Deverá observar sempre, os princípios: da universalização dos serviços, da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência, economicidade, da dignidade humana e da eficiência;

XV - Racionalizar as atividades econômicas e de assistência social, desenvolvendo formas de cooperação que ajudem seus associados, beneficiados, famílias e demais indivíduos atendidos pelo Instituto a obter recursos financeiros, nacionais ou internacionais, em especial, auxiliar “mulheres negras”, com hipossuficiência financeira, pobreza extrema, que não tenham trabalho ou renda, em situação de vulnerabilidade social, vítimas de violência sexual, domésticas, ou que estejam em condição de moradora de rua, bem como, auxiliar em programas de combate ao racismo e preconceitos em geral;

XVI - Produzir, incentivar e comercializar produtos e serviços com ou sem cessão de mão de obra da comunidade, como atividades meio, para manutenção da garantia de qualidade de oferta dos serviços prestados; implantar e manter qualquer atividade-meio, tipo: feiras, bazares, festas temáticas ou de época, exposições e outros, também como instrumento de captação de recursos, desde que o resultado operacional seja aplicado nos seus objetivos estatutários, e que a operação seja registrada segregadamente em sua contabilidade e destacadas em suas Notas Explicativas, tudo conforme determinação legal vigente;

XVII - Despertar, desenvolver e auxiliar o trabalho individual e em grupo dentro do Instituto, de seus colaboradores, dos seus beneficiados e comunidade em geral, orientando e atuando na luta e no combate ao racismo, ideologias de gênero, e todos os preconceitos em geral. Poderá ainda idealizar estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo;

XVIII - Promoção da inclusão digital, em todas as suas formas possíveis, aos beneficiados pelo Instituto, em especial crianças, adolescentes e jovens, o uso racional desta, possibilitando o acesso a emprego e geração de renda, ao empreendedorismo, e outros que possam surgir;

XIX - Promoção da inclusão social e do desenvolvimento cultural através das artes em geral, oferecendo oficinas nas diversas modalidades artísticas, esportivas e de lazer para pessoas de todas as idades, inclusive idosos, gêneros e classes sociais, gratuitas e



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



permanentes, com o fim específico de proporcionar aos atendidos pelo Instituto, especialmente crianças, adolescentes e jovens, a criatividade, a sensibilidade e a produção artística da comunidade local, objetivando o desenvolvimento pessoal e profissional, o fortalecimento da identidade cultural local e regional, e o estímulo à economia criativa na comunidade, resultando em um amplo impacto social;

XX – Atender e apoiar pessoas com deficiência física ou deficiência intelectual e física, voltada a crianças, jovens, adultos ou idosos, em especial às portadoras do TEA – Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Down, TDAH e outras condições, mediante orientação e reabilitação psicológica, educacional, social com acompanhamento de soluções, executar programas de capacitação, ensino e colocação profissional, de geração de renda, atividades sociais, visando a sua socialização e convívio na sociedade, promover a melhoria da qualidade de vida das PCDs, garantindo-lhes o pleno exercício da cidadania, prestar serviços terapêuticos de forma contínua e indiscriminada às pessoas com deficiência física ou física e intelectual (Down, TEA, TDAH e etc ), promover o auxílio e a conscientização das famílias envolvidas, ressignificar socialmente o PCD, promoção de atividades de relevância pública e social em prol dos assistidos;

XXI – Promover ações que contribuam para assegurar às PCDs o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive, direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto ou paradesporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte público, ao acesso à edificação de uso público, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição Federal e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico, bem como, dando prioridade absoluta à criança e ao adolescente conforme rege o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA;

XXII – Promover e desenvolver atividades voltadas às pessoas acima de 50 anos (50+), que contribuam no processo do envelhecimento saudável, estimular a saúde preventiva, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. Promover ainda, Atividades de vivência em grupo, físicas, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, estimular a geração de renda através de orientações de novas atividades, e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social do idoso, promover a defesa da saúde, assessorar e orientar o idoso em relação aos benefícios previdenciários (LOAS) e outros disponíveis, podendo realizar o que for necessário para que o Instituto possa auxiliar o idoso na sua velhice.

XXIII – O Instituto poderá ainda promover e desenvolver programas, projetos e eventos destinados ao estímulo do turismo, fomentando o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades envolvidas. Dentre suas atividades, destaca-se a criação de roteiros turísticos, circuitos culturais e iniciativas que promovam o turismo ecológico, gastronômico, histórico e artístico. Também busca organizar e apoiar eventos temáticos, como feiras, festivais e exposições, voltados à valorização do patrimônio cultural e natural. Promover a capacitação de profissionais do setor, garantindo a qualificação e o atendimento de excelência aos visitantes. A instituição atuará ainda na promoção de ações de sustentabilidade ambiental e preservação do patrimônio local, em alinhamento com os princípios de responsabilidade social. Serão buscadas parcerias com entes públicos, privados e a sociedade civil para viabilizar recursos e ampliar o alcance de

*[Handwritten signatures and initials]*



suas iniciativas. Além disso, serão realizadas campanhas de divulgação, utilizando ferramentas digitais e tradicionais, para atrair e fidelizar turistas nos destinos trabalhados. Por fim, a instituição compromete-se a monitorar os resultados obtidos, aprimorando continuamente as estratégias aplicadas para o fortalecimento do setor turístico.

### **Dos Meios Utilizados para Alcançar os Fins do Instituto**

**Art. 2º** - Para a realização destes fins (art. 1º e incisos), o Instituto usará os meios adequados e disponíveis ao seu alcance, entre os quais:

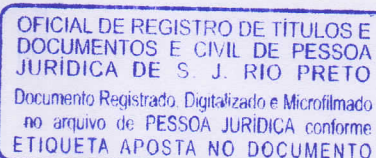
I - Promover estudos, pesquisas, desenvolvimento de tecnologias, produção de informativos, elaboração de trabalhos técnicos e científicos, bem como a criação, implementação e acompanhamento de programas e projetos voltados a temas de relevância assistencial, educacional, ambiental, tecnológica, cultural, de saúde e social, com atenção especial às necessidades e interesses dos associados, beneficiários e das famílias atendidas pela Instituição. O Instituto buscará fomentar parcerias estratégicas com órgãos públicos, entidades privadas e organizações do terceiro setor, visando à execução de ações integradas de impacto positivo no bem-estar coletivo. Será estimulada a realização de capacitações, cursos, treinamentos, oficinas, eventos, palestras e campanhas que promovam a inclusão social, assistencial, o desenvolvimento sustentável, a cidadania, os direitos humanos, a educação de qualidade, o acesso à saúde, a preservação ambiental e a igualdade de oportunidades. Com base em princípios éticos e de responsabilidade social, o Instituto ainda buscará adaptar-se continuamente às demandas emergentes da sociedade, promovendo inovação, tecnologia e recursos que assegurem o sucesso de todas as iniciativas voltadas para o fortalecimento das relações comunitárias e a construção de um futuro melhor para todos os envolvidos, orientado pelos demais meios que seguem abaixo relacionados.

II - Manter seções de assistência aos associados, aos vulneráveis atendidos, aos 50+, aos idosos, aos PCDs quando possível e divulgar os atos e os assuntos do Instituto perante a população em geral;

III – Realizar promoções, eventos, festas temáticas ou de épocas, shows, exposições, workshops, feiras em geral (artesanatos, gastronomia, culturais, afro-brasileiras e etc), em parcerias ou não, junto aos associados, bem como ainda, para alcançar seus objetivos realizar a distribuição de panfletos, livretos, orientações ou ainda outros tipos de operações assemelhadas, desde que autorizadas conforme legislação própria e pelos órgãos competentes responsáveis;

IV - Instituir cursos, oficinas e promover conferências sobre assuntos de interesse dos associados, voluntários e funcionários do Instituto, dependentes (adictos) e outros beneficiados pelo atendimento do Instituto frente ao público em geral;

V - Atuar visando a solução de problemas de natureza social, econômica, política e administrativa que afetem a todos os atendidos e em acolhimento pelo Instituto, comprometendo-se a dedicar especial atenção e recursos para a proteção social do cidadão em situação vulnerável, dependentes químicos (álcool e drogas), apoio às famílias, apoio aos idosos, ao empoderamento feminino, das mulheres negras e às Pessoas com Deficiência-PCDs, reconhecendo as múltiplas formas de discriminação preconceitos e violência que enfrentam na sociedade;





VI - Obter, mediante solicitação ou requerimento, as certificações necessárias relacionadas às áreas assistenciais e sociais em que atuar (SUAS, OSCIP, OS, UP, CEBAS, CMAS, PRÓ-SAÚDE e outras), perante órgãos municipais, estaduais e federais, cujas Certificações são exigidas para o regular exercício de atividades e ações direcionadas à sociedade civil, conforme estiver previsto em legislação, ficando a critério do Instituto a obtenção ou não destes Certificados se necessários e exigidos (conforme art.84-B da Lei 13.204/2015), bem como, novas adequações necessárias;

**Parágrafo único:** Para garantir o regular e qualificado exercício das atividades e ações assistenciais e sociais para as quais busca as devidas certificações, o Instituto São Judas Tadeu se compromete a atuar para pessoas vulneráveis de forma contínua, permanente e planejada. Todos os serviços, programas (como FIA, FI, Pronon/Pronas entre outros) e benefícios socioassistenciais serão oferecidos gratuitamente, conforme Artigo 1º. A instituição assegurará a autonomia e a garantia dos direitos dos usuários, promovendo empoderamento e efetivos processos participativos. Isso garantirá que as ações respondam às necessidades e promovam uma gestão transparente e inclusiva da missão institucional.

VII – manter, aperfeiçoar e divulgar serviços de informação, divulgação e outros do Instituto, mediante remuneração dos meios digitais, audiovisuais e televisivos;

VIII – Para cumprir suas finalidades sociais o “Instituto São Judas Tadeu” poderá instituir novas sedes, núcleos, filial ou sucursal, a nível municipal e Estadual no território nacional ou internacional, podendo expandir suas atividades assistenciais e sociais para outros países (Inciso XXIV) a fim de cumprir suas finalidades estatutárias, com delegação e autorização expressa da matriz e sua diretoria com maioria de votos na assembleia realizada para este fim, regendo-se por este mesmo estatuto e por um Regimento Interno, conforme previsto.

IX - Poderá **receber e aplicar recursos provenientes de fundos patrimoniais, ou atuar na execução de projetos e programas financiados por tais fundos, destinados ao desenvolvimento de projetos sociais e assistenciais** que contribuam para a educação básica e fundamental, geração de renda e profissionalização do indivíduo, desenvolvimento humanitário e digno, à defesa dos direitos humanos, ao desenvolvimento sustentável, educacional, proteção da saúde e ao bem-estar, assistencial e outros, direcionados aos objetivos do Instituto, atuando como instituição apoiada e/ou organização executora, conforme previsão contida no artigo 2º, incisos I e III da Lei Federal n. 13.800/2019 e neste Estatuto Social.

X - Poderá **receber e aplicar recursos provenientes de fundos patrimoniais, ou atuar na execução de projetos e programas financiados por tais fundos, destinados ao desenvolvimento de projetos culturais e esportivos** que contribuam para o lazer, o desenvolvimento dos associados de forma sustentável e de seus beneficiados como um todo, atuando como instituição apoiada e/ou organização executora, conforme previsão contida no artigo 2º, incisos I e III da Lei Federal n. 13.800/2019.

XI - Poderá **receber e aplicar recursos provenientes de fundos patrimoniais, ou atuar na execução de projetos e programas financiados por tais fundos, voltado ao desenvolvimento de campanhas, programas e projetos destinados à compra de materiais e equipamentos, manutenção,** custeio em geral, contratação de pessoal necessário aos serviços elencados neste Estatuto, divulgação dos trabalhos do Instituto



e ao fortalecimento das suas atividades, em especial na área da assistência social e outras que forem objetos do Instituto, atuando como instituição apoiada e/ou organização executora, conforme previsão legal contida no artigo 2º, incisos I e III da Lei federal n.13.800/2019.

**XII - Poderá receber e aplicar recursos provenientes de fundos patrimoniais, ou atuar na execução de projetos e programas financiados por tais fundos, destinados ao desenvolvimento de projetos ambientais** visando combater as mudanças climáticas, o desmatamento, a poluição do ar e da água, a perda de biodiversidade, a desertificação, a degradação do solo, a escassez de água e a produção de resíduos, entre outros, e que contribuam para o desenvolvimento sustentável da comunidade, da cidade e da região onde houver uma sede, filial ou sucursal do Instituto, atuando como instituição apoiada e/ou organização executora, conforme previsão legal contida no artigo 2º, incisos I e III na Lei Federal n. 13.800/2019.

**Parágrafo Primeiro:** Para fins de parcerias com fundos patrimoniais regulamentados pela Lei Federal nº 13.800/2019, o Instituto São Judas Tadeu atuará na condição de instituição apoiada e/ou organização executora, comprometendo-se a cumprir os requisitos e obrigações inerentes a esses papéis, sem, no entanto, assumir a função de organização gestora de fundo patrimonial.

**Parágrafo Segundo:** A participação de associados, empresas privadas e terceiros interessados junto aos fundos previstos nos incisos IX, X, XI e XII deste artigo é facultativa, sendo a destinação e forma de aplicação dos recursos angariados deliberada, exclusivamente, pela Diretoria do Instituto Comboniano de São Judas Tadeu, inclusive dos fundos de origem internacionais, sempre em acordo com os termos da Lei Federal n. 13.800/2019 e seus artigos.

**XIII - Estabelecer convênios e firmar contratos de toda ordem, públicos ou privados, a nível Federal, Estadual ou Municipal, nacionais ou internacionais, visando prover o custeio operacional da entidade e a realização de todos os tipos de atendimentos possíveis da população, utilizando-se ainda dos Fundos da Infância e Adolescência – FIA, Fundo do Idoso – FI, Pronon/Pronas, Leis de Incentivos Fiscais (Federal, Estadual e Municipal), Emendas Parlamentares e outras (ver item XVI).**

**XIV - Estabelecer convênios e parcerias com outras entidades congêneres, certificadas ou não, para troca e concessão de benefícios recíprocos, inclusive, o fornecimento de mão de obra habilitada aos fins do Instituto.**

**XV - Estabelecer convênios ou parcerias com instituições de ensino, profissionalizantes (SNAs, QualificaSP, SEBRAE e etc), públicas ou privadas, locais e regionais, e até mesmo internacionais (cursos e intercâmbios), visando a integração do Instituto São Judas Tadeu, seus associados, colaboradores e demais atendidos, com o empresariado local ou regional, incentivando o ensino de novos profissionais para o mercado de trabalho, em especial aos que se socorrerem do Instituto São Judas Tadeu para estes fins.**

**XVI – Buscar, de forma permanente e contínua, incentivos e recursos financeiros, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, incentivados ou não, para a realização das finalidades institucionais do “Instituto São Judas Tadeu”, podendo ainda, celebrar convênios com qualquer entidade pública ou privada, embasado pelas legislações**

P  
SS  
ma



existentes a nível Municipal, Estadual ou Federal, receber subvenções, subsídios, doações, patrocínios e repasses de verbas públicas através de incentivos fiscais Federais, Estaduais e Municipais, firmando Termos de Colaboração, Fomento, Cooperação ou Parceria, bem como, de Emendas Parlamentares no âmbito Federal, Estadual e Municipal, destinadas ao fomento, realização, promoção de atividades assistenciais, educacionais, sociais, culturais, ambientais, esportivas, de sustentabilidade, ambiental e etc., destinados aos fins objetos do "Instituto São Judas Tadeu", inclusive os programas de incentivos fiscais já existentes FIA, FUMCAD, COMDECA, FI, Pronas/Pronon, Lei do Bem, LIR, PNAB, PNPG, Lei Rouanet (Pronac, Proac, Promac), Lei do Meio Ambiente, Lei do Esporte, Lei da Tecnologia (P&D), e etc, no âmbito Federal, Estadual e Municipal ou de outras fontes de recursos que venham a surgir durante a vigência desta Instituição e que seja de interesse social e da comunidade em geral (ver item XIII).

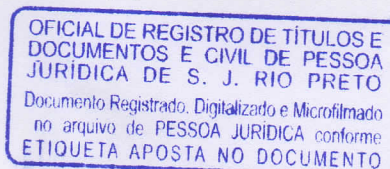
XVII- Poderá manter parcerias com o SUS e o SUAS para garantir que as os atendidos e a comunidade tenham acesso a serviços de saúde e assistência social adequados às suas realidades. Isso envolveria a colaboração com postos de saúde, equipes de saúde da família que atuam nas comunidades, e centros de referência de assistência social (CRAS). O Instituto São Judas Tadeu poderá atuar como ponte, facilitando o acesso dos beneficiados e suas famílias a esses serviços essenciais, e se registrará nos órgãos competentes para formalizar essas parcerias.

XVIII – Oferecer atendimento especializado e sensível às necessidades das "mulheres negras" em situação de vulnerabilidade social, que pode se manifestar de formas particulares no cotidiano. Isso incluiria o acesso a serviços jurídicos (se disponível no Instituto ou via parceria), apoio psicológico e assistência social adaptada a esta realidade. O Instituto poderá promover ações de conscientização e combate ao racismo estrutural e institucional, buscando criar um ambiente seguro e inclusivo para todas as mulheres em suas atividades sociais e comunitárias. Serão estabelecidas parcerias com organizações que defendem os direitos das mulheres, fortalecendo redes de apoio em todos os setores. Além disso, poderá o Instituto desenvolver programas de capacitação e empoderamento voltados especificamente para todas as "mulheres" em situação de vulnerabilidade social e de risco, visando promover sua autonomia econômica (através da produção, beneficiamento, comercialização, artesanatos, educação cultural e outras atividades), inserção socioeconômica e liderança em suas residências e na comunidade.

**Parágrafo 1º** - Esta cláusula reforça o compromisso do Instituto São Judas Tadeu em combater a interseccionalidade da discriminação e garantir que todas as pessoas, homens ou mulheres, adultos ou crianças, especialmente as "mulheres negras", tenham acesso igualitário à proteção da vida, ao trabalho, à liberdade, à educação, à cultura e assistências necessárias para viver com dignidade e segurança, perante a sociedade em geral.

XIX – Promover a aquisição de bens móveis, imóveis ou semoventes, construir imóveis necessários às suas instalações administrativas ou outras necessárias, promover transporte para as atividades fornecidas ou benefícios aos seus assistidos e associados. Poderá ainda, filiar-se a outras entidades congêneres a nível regional, estadual ou nacional para cumprir os fins a que estão obrigadas, sem perder sua individualidade e independência administrativa e poder de decisão sobre assuntos atinentes aos interesses de seus associados e do próprio Instituto.

XX- Poderá manter parceria com o SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS, SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS, Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, Sistema Nacional de Assistência Social - SNAS, que funcionará de acordo com





o regulamento geral dos órgãos competentes, em especial do Ministério da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Ministério da Saúde ou outro Ministério que estiver como responsável destes setores, e ainda, nas Secretarias Estaduais de Assistência Social - SEAS, na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS ficando a cargo do “Instituto Comboniano de São Judas Tadeu” o seu registro nos mesmos.

**Parágrafo único:** Tendo em vista a amplitude das atividades desenvolvidas e fornecidas, poderá o Serviço Social São Judas Tadeu cadastrar-se em todos os órgãos federais, estaduais e municipais para tais finalidades, inclusive, Ministérios da Saúde, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome, Ministério da Educação, Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial (MIR), Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e outros, tudo podendo formalizar para alcançar os objetivos deste Estatuto Social.

XXI – Elaborar, desenvolver e executar estudos técnicos e científicos, programas de capacitação e oferecer assistência técnica especializada para a implementação de modelos de Economia Circular que busquem modelos de produção e consumo que auxiliem a diminuir o desperdício, como a reutilização de materiais e a redução do consumo de energia e água, as associações podem diminuir seus custos operacionais, liberando recursos para outras áreas de atuação, a adoção de embalagens ecologicamente corretas, o desenvolvimento de produtos a partir da valorização de excedentes de produção, e o incentivo à formação de cadeias de valores locais e cooperativas focadas na circularidade.

XXII – Promover a Transição Energética Justa na comunidade local, um compromisso com a Sustentabilidade e a Inclusão Social. O Instituto tem como objetivo conceber, promover e implementar programas de incentivo à instalação de sistemas de geração de energia renovável distribuída no ambiente urbano, como micro e mini usinas solares fotovoltaicas, turbinas eólicas de pequeno porte e outras tecnologias sustentáveis, adaptadas às necessidades das cidades. Esses programas devem priorizar a transição energética justa, garantindo que os benefícios da transição para uma energia limpa e eficiente sejam acessíveis a todas as comunidades, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

XXIII - O “Instituto São Judas Tadeu” poderá buscar auxílio junto à comunidade internacional, em especial as instituições Ibero-Americanas, mas não se limitando somente a estas, para o desenvolvimento e fortalecimento de suas atividades sociais, assistenciais, de educação, culturais, esportivas, ambientais, de saúde, de sustentabilidade e de todas as ações previstas neste estatuto, respeitando as disposições legais aplicáveis e os princípios éticos que regem a entidade. Para isso, o Instituto poderá firmar parcerias, Termos, convênios, cooperação ou captar recursos junto a organizações internacionais, incentivados ou não, sejam governamentais ou não governamentais, de empresas, de instituições multilaterais (ONU, UNICEF, Banco Mundial, União Europeia, OEA, OMS e Outros), e organizações transversais (Ford, Rockefeller, Bill e Melinda Gates, Comunidade Andina – CAN, Fundação Mapfre, Associação Latino-Americana de Ensino e Investigação em Serviço Social – Alaeits, Programa de Cooperação Latino-Americana de Ensino e Investigação em Serviço Social – Alaeits, Programa de Cooperação Latino-Americana no Combate às Drogas - COPOLAD, FIIAP - Cooperação Espanhola, IILA-Associação Italo-Latinoamericana, entre outros), ou de tantas pessoas físicas ou jurídicas que apoiem causas alinhadas aos seus objetivos estatutários. Os recursos provenientes de auxílio internacional deverão



ser aplicados exclusivamente nas atividades do Instituto, de forma transparente e responsável, com a devida prestação de contas aos órgãos competentes e aos seus associados, garantindo o cumprimento dos princípios da ética, transparência e finalidade pública. Fica vedada a aceitação de qualquer apoio que comprometa a independência, a autonomia e autoridade ou os valores institucionais do “Instituto Comboniano de São Judas Tadeu”, sendo necessária a aprovação simples da Diretoria para qualquer parceria ou captação de recursos internacionais.

**Parágrafo único:** Em conformidade com a estrutura estatutária e para assegurar a clareza e a observância legal, o Inciso XXIII estabelece o mecanismo para a captação de recursos destinados às atividades do Instituto no cenário global. É fundamental compreender que, enquanto o Artigo 41, Parágrafo único, determina que as rendas e o resultado operacional gerados em território nacional devem ser integralmente aplicados na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no Brasil, o presente Inciso XXIII complementa essa diretriz ao permitir a busca e aplicação de recursos provenientes especificamente do auxílio internacional. Estes recursos, portanto, são designados para o desenvolvimento e fortalecimento das atividades da associação, incluindo aquelas que se estendem para outros países, conforme a prerrogativa de expansão internacional mencionada no Artigo 2º, Inciso VIII. Desta forma, o Estatuto prevê fluxos financeiros distintos para as operações nacionais e internacionais, garantindo a conformidade e a eficácia em ambas as frentes, porém, sempre respeitando as Normas Brasileiras de Contabilidade e as normas tributárias em vigor aplicáveis ao “Instituto Comboniano de São Judas Tadeu”.

XXIV - Poderá a instituição utilizar a elaboração e execução de projetos voltados à valorização cultural, histórica e ambiental, além da organização de eventos e atividades que estimulem a interação com o setor turístico. Promoverá capacitações e treinamentos para qualificação de profissionais e membros da Instituição, garantindo excelência nos serviços. Serão estabelecidas parcerias com órgãos públicos, privados e entidades civis para viabilizar recursos e ampliar o alcance das ações. A divulgação será feita por meio de campanhas de marketing e publicidade, utilizando mídias tradicionais e digitais. A instituição incentivará práticas sustentáveis e preservação do patrimônio local, além de produzir estudos e diagnósticos sobre o potencial turístico das áreas atendidas. Haverá ainda engajamento comunitário, com valorização das tradições locais, e monitoramento constante das ações realizadas, ajustando estratégias conforme necessário.

**Art. 3º** - O Instituto Comboniano de São Judas Tadeu tem personalidade distinta da de seus associados e não há obrigação entre eles.

**Art. 4º** - O Instituto Comboniano de São Judas Tadeu poderá adotar logomarca e ser referenciado neste Estatuto e perante terceiros apenas como “Instituto”, “Serviço Social São Judas Tadeu” ou “Instituto São Judas Tadeu”, conforme consta.

**Art. 5º** - O “Instituto Comboniano de São Judas Tadeu” terá sua duração por prazo indeterminado e se regerá pelas regras legais em vigência.

## CAPITULO II

### Da Assembleia Geral





**Artigo 6º.** A Assembleia Geral Deliberativa é o órgão máximo e soberano da OSC e será constituída pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos. Reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano para tomar conhecimento das ações da Diretoria Executiva, apreciar o Relatório Anual de Atividades, discutir e homologar as contas e o Balanço Anual aprovado pelo Conselho Fiscal, e, extraordinariamente, quando devidamente convocada. Constituirá em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, tendo as seguintes prerrogativas.

- I. Fiscalizar os membros da Associação, na consecução de seus objetivos;
- II. Eleger e dar Posse à Diretoria, Conselho Fiscal e Suplentes, e destituir os administradores, nos termos do Inciso I do Artigo 13 deste estatuto.
- III. Deliberar sobre a previsão orçamentária e a prestação de contas;
- IV. Estabelecer o valor das mensalidades dos associados, quando houver.
- V. Aprovar o regimento interno, que disciplinará os vários setores de atividades da Associação;
- VI. Decidir sobre adequações e reformas dos Estatutos;
- VII. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VIII. Decidir sobre a extinção da OSC.
- IX. Apreciar recursos contra decisões da diretoria;

**§ 1º.** As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias e serão convocadas pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, podendo ser por meio de Edital de Convocação fixado na sede social da Associação, ou por ofícios e circulares, ou publicações, ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, determinando local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia e o nome de quem a convocou;

**§ 2º.** Quando a assembleia geral for convocada pelos associados deverá o Presidente convocá-la no prazo de 3 (três) dias, contados da data da entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao Presidente, através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, àqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação;

**§ 3º.** Serão tomadas por escrutínio secreto ou por aclamação, todas as deliberações da Assembleia Geral, bem como, as que envolvam eleições da diretoria, conselho fiscal e suplentes, o julgamento dos atos da diretoria, quanto à aplicação de penalidades.

### CAPITULO III

#### *Dos Associados*



**Artigo 7º-** Os associados serão divididos nas seguintes categorias:

- I. **Associados Fundadores**: os que participaram na fundação da Instituição;



- II. **Associados Beneméritos**: os que contribuem com donativos e doações espontâneas;
- III. **Associados Contribuintes**: as pessoas físicas ou jurídicas que contribuem mensalmente ou anualmente, com uma quantia fixada pela Assembleia Geral;
- IV. **Associados Efetivos**: Esta categoria é composta pelo Pároco efetivo e pelo Vigário Paroquial da Paróquia Santuário de São Judas Tadeu de São José do Rio Preto, todos os membros efetivos do Conselho Econômico da Paróquia Santuário de São Judas Tadeu, todos os membros nomeados do Conselho de Pastoral da Paróquia Santuário de São Judas Tadeu e todos os membros efetivos do Conselho Econômico da Arquidiocese de São José do Rio Preto.
- V. **Associados Voluntários**: Pessoa física que venha a compor os serviços voluntários da entidade, no desenvolvimento de suas atividades, de forma totalmente gratuita estando isento de pagamento de mensalidades ou anuidades, desde que tenham assinado o termo de voluntariado.

**Artigo 8º. Da Admissão dos Associados.** Com exceção do Pároco efetivo da Paróquia Santuário de São Judas Tadeu de São José do Rio Preto e do Bispo Diocesano de São José do Rio Preto, poderão filiar-se somente pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa e, para seu ingresso, o interessado deverá preencher ficha de inscrição na secretaria da entidade, que a submeterá à Diretoria Executiva e, após sua aprovação, se for o caso, terá seu nome imediatamente lançado no livro de associados, com indicação de seu número de matrícula e categoria à qual pertence, devendo o interessado:

- I. Apresentar a cédula de identidade, cadastro de pessoa física (CPF) e comprovante de endereço;
- II. Concordar com o presente estatuto e os princípios nele definidos;
- III. Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- IV. Caso seja, "associado contribuinte", assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

**Artigo 9º. São Deveres dos Associados**

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.
- II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral.
- III. Zelar pelo bom nome da Associação.
- IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação.
- V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno.
- VI. Comparecer por ocasião das eleições.
- VII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providências.
- VIII. Auxiliar nas realizações e promoções da Associação.

**Parágrafo Único.** É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.



B

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**Artigo 10º. Dos Direitos dos Associados.** São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

- I. Destituir administradores, quando for o caso;
- II. Usufruir os benefícios oferecidos pela Associação, na forma prevista neste estatuto;
- III. Recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato ilícito da Diretoria ou do Conselho Fiscal;
- IV. Sugerir à Diretoria, por escrito, medidas ou providências que aspirem ao aperfeiçoamento operativo da OSC, bem como, denunciar qualquer resolução que fira as normas estatutárias da mesma.
- V. Ter acesso a todos os livros de natureza contábil e financeira, bem como, a todos os planos, relatórios e prestações de contas.

**Artigo 11. Da Demissão do Associado.** O associado poderá demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da OSC, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

**Artigo 12. Da Exclusão do Associado.** A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- I. Violação do estatuto social;
- II. Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III. Atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- IV. Desvio dos bons costumes;
- V. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- VI. Falta de pagamento, por parte dos “associados contribuintes”, de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

§ 1º. Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

§ 2º. Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

§ 3º. Aplicada a pena de exclusão caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

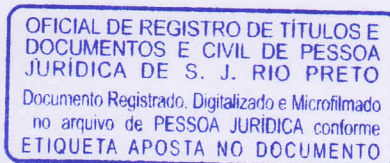
§ 4º. Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;



§ 5º. O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

**Artigo 13. Da Aplicação das Penas** As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- I. Advertência por escrito.
- II. Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano.
- III. Eliminação do quadro social.



## CAPITULO IV

### *Dos Órgãos Administrativos da Associação*

**Artigo 14.** São órgãos administrativos da Associação:

- I. Diretoria Executiva.
- II. Conselho Fiscal.
- III. Assembleia Geral

**Artigo 15. Da Diretoria Executiva.** A Diretoria Executiva do Instituto será constituída por 06 (seis) membros, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, com 02 (dois) suplentes. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes ao ano, sendo duas reuniões no 1º semestre e duas no 2º semestre, e extraordinariamente, quando convocada pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

**Artigo 16. Compete a Diretoria Executiva**

- I. Dirigir a OSC, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social.
- II. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembleia Geral.
- III. Promover e incentivar a criação de comissões, com a função de desenvolver cursos profissionalizantes e atividades culturais.
- IV. Representar e defender os interesses de seus associados;
- V. Elaborar o orçamento anual.
- VI. Apresentar para a Assembleia Geral, na reunião anual (art. 8º), o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior.
- VII. Admitir pedido de inscrição de associados, quando for o caso.
- VIII. Acatar pedido de demissão voluntária de associados.

**Parágrafo único** As decisões da diretoria poderão ser tomadas por maioria de votos secretos ou por aclamação, conforme o que for escolhido, devendo estar presentes na reunião, a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

**Artigo 17. Compete ao Presidente**



- I. Representar a Associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário.
- II. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva.
- III. Convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias.
- IV. Juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis, instituir conta PIX e outros benefícios digitais.
- V. Organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembleia Geral Ordinária.
- VI. Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los.
- VII. Criar departamentos patrimoniais, culturais sociais, de saúde, obtenção de recursos e outros que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis.

**Parágrafo Único.** Compete ao Vice – Presidente, substituir legalmente o Presidente em suas ausências, faltas e impedimentos, assumindo provisoriamente o cargo. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

**Artigo 18. Compete ao 1º Secretário**

- I. Redigir e manter, em dia, transcrição das atas das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva.
- II. Redigir as correspondências da Associação;
- III. Manter e ter sob sua guarda o arquivo da Associação;
- IV. Dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria.

**Parágrafo Único** – Compete ao 2º Secretário substituir o 1º Secretário, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao 1.º Secretário.

**Artigo 19. Compete ao 1º Tesoureiro**

- I. Manter em estabelecimentos bancários, juntamente com o presidente, os valores da OSC, podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva.
- II. Assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis.
- III. Efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos à OSC.
- IV. Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;
- V. Apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual.
- VI. Elaborar, anualmente, a relação dos bens da OSC, apresentando-a, quando solicitado, à Assembleia Geral.

**Parágrafo Único.** Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao 1.º Tesoureiro.





**Artigo 20. Do Conselho Fiscal** - Será composto por três membros e terá por objetivo indelegável, fiscalizar e dar parecer sobre todos os atos da Diretoria Executiva da Associação, com as seguintes atribuições;

- I. Examinar os livros de escrituração da OSC.
- II. Opinar e dar parecer sobre alienações, balanços e relatórios financeiros e contábeis, submetendo-os à Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária.
- III. Requisitar ao 1º Tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela OSC.
- IV. Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes.
- V. Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral, em caso de qualquer omissão da Diretoria Executiva ou nos casos previstos neste artigo.

**Parágrafo Único** - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, em sua maioria absoluta, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Associação ou por apenas um de seus membros, sempre para tratar de assuntos de sua competência.

**Artigo 21. Da Perda do Mandato** A perda da qualidade de membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I. Má administração ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Grave violação deste estatuto;
- III. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;
- IV. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na OSC;
- V. Conduta duvidosa.
- VI. Candidatura para qualquer cargo político ou aceitação de cargo na administração pública.

**§ 1º** Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;

**§ 2º** Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, meia hora após a primeira, com qualquer número de associados, onde será garantido o amplo direito de defesa, por escrito, sendo a votação sempre de forma secreta.

**Artigo 22. Da Renúncia** Em caso de renúncia de membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido pelos suplentes. No caso de renúncia do





Presidente assumirá em seu lugar o Vice-Presidente, provisoriamente, para cumprimento do mandato em vigência; poderá o mesmo se candidatar ao cargo de Presidente ou outro cargo na eleição dos novos membros, caso não tenha cumprido dois mandatos sucessivos.

**§ 1º.** O pedido de renúncia se dará por escrito devendo ser protocolado na secretaria da OSC, o qual, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo, o submeterá à deliberação da Assembleia Geral;

**§ 2º.** Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, o Presidente renunciante, ou qualquer membro da Diretoria Executiva, ou em último caso, qualquer dos associados poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária, que elegerá uma comissão provisória composta por 05 (cinco) membros; estes, obrigatoriamente do quadro de associados da OSC, que administrarão a entidade e farão realizar novas eleições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de realização da referida Assembleia. Os Diretores e Conselheiros eleitos, nestas condições, complementarão o mandato dos renunciantes.

**Artigo 23. Da Remuneração** As atividades dos diretores e conselheiros serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, bonificações, gratificações, ou vantagens em razão dos cargos que exercem (ver at. 41).

**Artigo 24. Da Responsabilidade dos Membros** Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da diretoria executiva e conselho fiscal, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.

## CAPITULO V

### *Das Eleições, dos Candidatos, do Voto e do Mandato*

**Artigo 25 –** A Duração de cada mandato de Diretoria, Conselho Fiscal e Suplentes será de 04 (quatro anos). As eleições para preenchimento dos cargos acima realizar-se-ão conjuntamente de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, e concorrerão apenas as chapas de candidatos que estiverem completas, sendo permitido aos membros eleitos serem reeleitos para mais um mandato subsequente. Os mesmos poderão se candidatar posteriormente em uma nova eleição em outros cargos de Diretoria, Conselho Fiscal e Suplentes.

**Artigo 26 –** As eleições de Diretores e membros do Conselho Fiscal, assim como de dois (2) suplentes, que assumirão cargos eletivos na Diretoria e Conselho Fiscal, no caso de vacância, serão diretas por voto secreto ou por aclamação, conforme decisão da Assembleia.

**Parágrafo Único –** Havendo empate, será considerado eleito o mais idoso.

**Artigo 27–** A Diretoria, Conselho Fiscal e os Suplentes serão eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser realizada no máximo até 10 (dez) dias de antecedência ao vencimento do mandato em vigência.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



**Parágrafo único** – A convocação dos associados será feita em conformidade com o Parágrafo 1º do Artigo 6º, do presente Estatuto, ou seja, por meio de Edital de Convocação afixado na entrada principal da sede da OSC, ou ofícios, ou circulares, ou publicações ou outros meios que o Presidente julgar conveniente.

**Artigo 28–** Terminada a apuração será lavrada a Ata com o resultado da votação.

**Artigo 29–** Para concorrer a cargos eletivos é imprescindível:

- I. Pertencer ao quadro social da Associação;
- II. Estar em dia com suas obrigações estatutárias, civis e criminais.

**Artigo 30–** Apenas os associados Fundadores e Efetivos poderão votar e ser votados para qualquer cargo da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e dos Suplentes, como forma prevista neste estatuto.

**Parágrafo Único** – Não será admitido voto por procuração.

**Artigo 31-** Para concorrerem as eleições as chapas concorrentes a Diretoria, Conselho Fiscal e Suplentes deverão ser formalizadas por escrito e protocoladas na Secretaria da Associação, sito a Rua José Bonifácio n.º 1598, até 48 horas antes do pleito, impreterivelmente.

**Artigo 32-** Os membros eleitos deverão apresentar na Secretaria da OSC os seguintes documentos: RG, CPF, comprovante de residência e de entrega do último Imposto de Renda.

## **CAPITULO VI**

### ***Do Pessoal***

**Artigo 33-** O pessoal da OSC será admitido mediante processo de seleção, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT – sendo as mesmas regidas pelas normas internas constante do “Regulamento e Normas de Contratação de Pessoal”.

## **CAPITULO VII**

### ***Do Patrimônio Social da Associação***

**Artigo 34-** O patrimônio social da OSC será constituído e mantido:

I – Pelas contribuições/mensalidades dos próprios associados, pessoas físicas ou jurídicas, mensalmente ou anualmente, estabelecidas, pela assembleia geral;

II – Pelos auxílios, doações, legados, subvenções e outros recursos provenientes de quaisquer entidades públicas (Municipal, Estadual e Federal) ou particular, nacional ou internacional, incentivados ou não, os quais serão sempre aplicados aos fins desta associação e seus interesses sociais;

OFICIAL DE REGISTRO DE TITULOS E  
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA  
JURIDICA DE S. J. RIO PRETO  
Documento Registrado, Digitalizado e Microfilmado  
no arquivo de PESSOA JURIDICA conforme  
ETIQUETA APOSTA NO DOCUMENTO



III – pelos bens móveis, imóveis, veículos, semoventes adquiridos com recursos próprios e os que forem doados por terceiros, inclusive, doações de entidades públicas ou privadas na forma da legislação vigente;

IV – Pelas receitas provenientes da prestação de serviços aos associados e terceiros;

V – Pelas verbas recebidas, públicas ou privadas, de **Incentivos Fiscais ou de Emendas Parlamentares** oriundas das legislações existentes no âmbito Federal, Estadual e Municipal (art. 2 – item XVI);

VI – Pelas verbas recebidas de instituições financiadoras de obras sociais, educacionais, culturais, ambientais, esportivas e afins, nacionais ou internacionais (multilaterais ou transversais – ver art. 2, inciso XXIII);

VII – Pelas verbas recebidas de quaisquer eventos, festas, shows e etc, organizados pela própria associação ou eventos de terceiros em que se beneficie a Associação.

VIII – Pelas verbas oriundas de renda patrimonial recebida sobre ativos financeiros, aplicações, Fundos e outras inerentes.

**Parágrafo 1º** - excetuam-se do patrimônio do Instituto verbas de doações públicas ou privadas, incentivadas por benefícios fiscais e Emendas Parlamentares no âmbito Municipal, Estadual ou Federal, destinadas à realização de projetos assistenciais, saúde, culturais, sociais, educacionais, e ambientais e etc., destinando estas verbas especificamente aos fins objetivados.

**Parágrafo 2º** - O Serviço Social São Judas aplica integralmente suas rendas, seus recursos e o eventual resultado operacional em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais da localidade (ver art. 41, par. Único).

**Parágrafo 3º** - A Comunidade não remunera e não concede vantagens e/ou benefícios, sob qualquer forma ou a qualquer título, aos seus diretores eleitos, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, excetuando-se o disposto no artigo 41, segunda parte.

**Parágrafo 4º** - Em complemento ao que vem disposto no “Caput” deste artigo, constituem-se Receitas:

I – As mensalidades/contribuições dos associados;

II – Doações, subvenções, heranças e legados;

III – Os provenientes de títulos, ações ou papéis financeiros e depósitos bancários;

IV – Convênios, Termos de Fomento, de Colaboração, Cooperação e Parcerias, acordos e ajustes;

V – Verbas provenientes de eventos beneficentes, festas, shows e etc, de vendas de souvenirs para obtenção de fundos;

VI – Rendas de seus imóveis;

VII – O Produto resultante de direitos autorais e de edições, de doação ou próprios;

VIII – Outras rendas não vedadas por lei;

IX – A receita será aplicada na constituição, conservação e ampliação do patrimônio e nas despesas de administração da Instituição.

X – Verbas recebidas de incentivos fiscais e Emendas Parlamentares e outras verbas em geral.





XI – Verbas recebidas de instituições, organizações e empresas públicas ou privadas de outros países.

**Parágrafo 5º** - ainda, constituem-se Despesas:

- I – As de manutenção da Instituição;
- II – Custeio de manutenção e conservação de bens;
- II – Construções, reformas e ampliações;
- IV – As obrigações diversas vinculadas aos objetivos e finalidades da Instituição;
- V – Todos os encargos sociais previstos, benefícios, impostos em geral, contribuições e taxas;
- VI – As despesas serão efetuadas de acordo com a arrecadação;
- VII – Pelas remunerações previstas, salários, vencimentos, honorários, adicionais, assessorias (jurídica, contábil, administrativa), gratificações, via contrato ou celetista;
- VIII – Alugueis, Condomínios, Serviços (água, luz, internet, telefones e etc);
- IX – Contratação de empresas específicas para execução dos projetos que a associação execute, elaboração de projetos, prestação de contas, captação de recursos e outros.

**Artigo 35 - Bens Imóveis-** Os bens imóveis da OSC poderão ser alienados ou negociados conforme as necessidades, mediante anuência de no mínimo 2/3 dos membros Associados presentes em Assembleia Geral, do Senhor Presidente e do Conselho Fiscal.

**Artigo 36 - Bens - Veículos-** Os veículos da OSC, de qualquer valor, poderão ser vendidos ou negociados com anuência da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

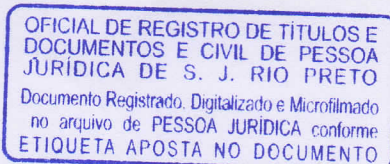
**Artigo 37- Bens Móveis-** Os bens móveis da OSC, com valor estimado em até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) poderão ser vendidos ou negociados, conforme as necessidades, com a anuência da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Valores acima de R\$ 10.000,00, bens móveis poderão ser vendidos e negociados com anuência de 2/3 dos associados presentes em Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** - As alienações, vendas ou negócios de bens móveis e imóveis e veículos da OSC, deverão constar em Ata Explicativa bem como devendo o valor apurado ser integralmente e exclusivamente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social da Associação.

## CAPITULO VIII

### *Da Reforma Estatutária, da Dissolução, das Disposições Gerais, dos Casos Omissos*

**Artigo 38- Da Reforma Estatutária.** O presente estatuto social poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação de no mínimo 2/3 dos Associados, juntamente com o Senhor Presidente, presentes em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, não podendo a Assembleia deliberar em primeira convocação sem a presença da maioria absoluta dos associados ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes e entrará em vigor a partir da data de seu registro em cartório.





**Artigo 39 - Da Dissolução.** A OSC poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à ausência da manutenção de seus objetivos sociais ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, com anuência do Senhor Presidente mais o mínimo de 2/3 dos Associados presentes em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

**Parágrafo Único.** Em caso de dissolução ou extinção da Organização da Sociedade Civil – OSC, o respectivo patrimônio líquido será transferido para outra entidade beneficente certificada, ou entidade pública, e de igual natureza que preencha os requisitos da Lei em vigência, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da OSC extinta, conforme previsão legal contida na Lei Complementar n. 187/2021, artigo 3, inc. VIII.

**Artigo 40- Do Exercício Social** O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da OSC, de conformidade com as disposições legais.

**Artigo 41-** É vedada de qualquer forma a remuneração, bonificação ou vantagens para os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, a dirigentes, mantenedores ou associados sob nenhum argumento ou protesto (ver art. 23). Contudo, conforme previsão legal e prevista neste Estatuto Social, poderá ser instituído remuneração para aqueles que para a associação prestam serviços específicos e especializados tais como: Coordenadores, gerentes, colaboradores contratados, empresas contratadas, técnicos sociais e assistenciais, profissionais habilitados e outros, desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º e 16 da Lei 9790/99, respeitados, em ambos os casos os valores praticados pelo mercado na região correspondente a sua área de atuação (Lei 9790/99, art. 4, inc. VI; e, art 4º alínea “a” do §2º da Lei 9.532/97, cujas alterações estão previstas na Lei 13.019/2014 e art. 88 da Lei 13.204/2015), conforme legislações trabalhistas e específicas em vigor.

**Parágrafo único** - A OSC não distribuirá lucros, bonificações, dividendos, vantagens, participações ou parcelas de seu patrimônio, a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas serem aplicadas, exclusivamente no território nacional, exceto o disposto no caput deste artigo.

**Artigo 42** – O Instituto disponibilizará de uma política de Proteção de Dados Pessoais tendo por finalidade estabelecer diretrizes, princípios, objetivos e conceitos a serem seguidos por todas as partes relacionadas com o “Instituto Comboniano de São Judas Tadeu” visando o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei n.º 13.709/2018. Esta Política é aplicável aos diretores, administradores, conselheiros, gestores, empregados, cargos em comissão, prestadores de serviços, voluntários, colaboradores, estagiários, menores aprendizes, consultores externos e às entidades públicas e/ou privadas que, de alguma forma, se relacionem com esta Instituição.

**Artigo 43** - Por ter como objetivo geral promover a transformação social através de práticas de educação, saúde, assistencial, colaborativas, sustentáveis e inovadoras (art.



1º deste Estatuto Social). O Instituto compromete-se a integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas em suas atividades, pautando-se pelos princípios de sustentabilidade ambiental, justiça social e desenvolvimento econômico equitativo. Especificamente, o Instituto buscará inovar em práticas que contribuam para o bem-estar das comunidades locais e globais, promover parcerias que enriqueçam o impacto social positivo projetado nos ODS, educar e conscientizar sobre os ODS, incentivando o engajamento ativo da comunidade em que atua, fomentar iniciativas que contribuam para a realização de objetivos específicos como a educação de qualidade, a erradicação da pobreza, saúde e bem estar social, acesso à cultura, à igualdade de gênero, à igualdade étnico-racial, à ação contra a mudança global do clima, entre outros principais destaques dos ODS. Compromissando-se com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 1; 2; 3; 4; 5; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 15; 16 e 17.

**Artigo 44** - O “Serviço Social São Judas Tadeu”, comprometido com princípios de sustentabilidade, adotará práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança) em sua gestão e nas relações com associados, parceiros e comunidades onde atuar. No âmbito **ambiental**, promoverá a conservação dos recursos naturais, a redução de impactos ambientais e incentivará práticas sustentáveis entre seus associados, colaboradores, terceiros e beneficiados. Na dimensão **social**, priorizará a inclusão e o desenvolvimento das comunidades, garantindo a capacitação, o bem-estar, a saúde, a assistência social e a melhoria da qualidade de vida, além de fomentar o respeito aos direitos humanos e à diversidade. Na **governança**, valorizará a transparência, a ética e a prestação de contas, adotando boas práticas administrativas, processos participativos e políticas de integridade.

**Parágrafo único** – O Instituto compromete-se a alinhar suas ações ESG aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (art. 43 - ODS), enfatizando o engajamento ativo de todos os envolvidos e a constante avaliação de seus avanços por meio de relatórios transparentes. Esses compromissos orientam suas ações para gerar impacto positivo, fortalecendo os valores da sustentabilidade e a prosperidade da Comunidade, dos associados, dos beneficiados e das comunidades atendidas.

**Artigo 45** - A escrituração contábil do “INSTITUTO COMBONIANO DE SÃO JUDAS TADEU”, será elaborada de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

**§ 1º.** A Instituição fará a publicação do balanço financeiro anual na imprensa local, Juntamente com certidões negativas de débitos do INSS e FGTS. A mesma fará também a divulgação do balanço financeiro anual, bem como os resumos das atividades desenvolvidas colocando à disposição do público em geral para verificação através do link “transparência” do seu site.

**§ 2.º** As prestações de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidas pelo Instituto serão feitas conforme determina o Parágrafo Único do Artigo 70 da Constituição Federal bem como elaborar e manter balanço social e ambiental com base na ITG n.º 2002 R1 2015 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA  
JURÍDICA DE S. J. RIO PRETO  
Documento Registrado, Digitalizado e Microfilmado  
no arquivo de PESSOA JURÍDICA conforme  
ETIQUETA APOSTA NO DOCUMENTO

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



§ 3.º O Instituto poderá apresentar, se for necessário, as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente, legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar n.º 187/2021, ou sempre que exigido por lei.

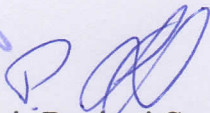
§ 4.º A OSC manterá escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão, ficando sob a guarda do Departamento de Contabilidade, podendo estes serem convertidos em arquivos digitais conforme permissivo legal.


**Artigo 46- Dos Casos Omissos.** Os casos omissos ou não tratados neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria.

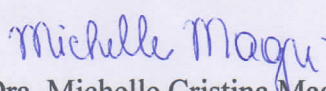
**Artigo 47** – Este Estatuto Social entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral realizada para este fim, ficando obrigado o registro deste Estatuto nos termos da lei.

**Artigo 48** – O presente Estatuto Social, bem como todas as ações e atividades realizadas pelo "Instituto Comboniano de São Judas Tadeu", serão fundamentados em princípios universais de amor ao próximo, solidariedade, justiça social e respeito à dignidade de todas as pessoas. O Instituto compromete-se a promover o bem comum, a construção de uma sociedade justa, e a defesa de valores éticos e humanos em todas as suas iniciativas.

São José do Rio Preto, 28 de julho de 2025

  
Pe. Luiz Donizeti Caputo  
Presidente do Instituto Comboniano  
de São Judas Tadeu

  
Cristina Nascimento Freitas Cavarzan  
1.ª Secretária do Instituto Comboniano de  
São Judas Tadeu

  
Dra. Michelle Cristina Magri  
Advogada  
OAB nº 373.055 – SP

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA  
JURÍDICA DE S. J. RIO PRETO  
Documento Registrado, Digitalizado e Microfilmado  
no arquivo de PESSOA JURÍDICA conforme  
ETIQUETA APOSTA NO DOCUMENTO

4º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO  
Tabelião Interino: Leandro Uyama  
Rua Silva Jardim, 3328 - CEP: 15.010-060 - Fone/Fax: (17) 3519-4444  
RECONHECO por SEMELHANÇA a FOLHA DECLARADO 1 firma(s) de:  
LUIZ DONIZETI CAPUTO  
São José do Rio Preto, 28 de agosto de 2025.  
Em test.  
JHONATAN CARDO PERIA - ESCRIVENTE  
VIR: R\$ 8,76. C: 755394. Solo(s): 0996AA-325278  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS







OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

Protocolizado sob n. **51.827**, em 14/08/2025.

Partes

O presente documento foi registrado em Pessoa Jurídica (LIVRO A), digitalizado e microfilmado sob n. **51.827**, e averbado ao registro n. **276**, na data abaixo, São Jose do Rio Preto, **15/08/2025**.

- INSTITUTO COMBONIANO DE S  
- LUIZ DONIZETI CAPUTO

EMOLUMENTOS

A.R. / DIUG.	0,00
AO OFICIAL	295,51
AO ESTADO	83,87
A SEFAZ	57,41
AO SINOREG	15,63
AO TRIB.JUSTICA	20,25
AO MP	14,09
AO ISS	14,77
<b>TOTAL.</b>	<b>501,53</b>

( ) VANDERLEI PIRES - Oficial  
( ) MELISSA ZEVOLI SOLEMAN - Escrevente Substituta  
( ) NAYARA GABRIELA VALEZI LAZARO - Escrevente Autorizada

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS E/OU RASURAS

Rua XV de Novembro, 3367 - Centro - Fone: (17) 3353-5152 - CEP 15015-110 - www.rtdriopreto.com.br



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA  
JURÍDICA DE S. J. RIO PRETO

Advogada  
OAB nº 373.032 - SP